



## GOVERNAR PORTUGAL · REVITALIZAR A DEMOCRACIA

*As análises e propostas deste documento – elaborado na sequência das últimas eleições autárquicas – mantem toda a sua actualidade. Aliás, essa actualidade é reforçada pelos resultados das recentes eleições europeias e pela urgência de o PS afirmar uma alternativa de governo.*

*Mais: as propostas que apresentamos ganham uma redobrada pertinência perante a disputa política que se trava no PS. Disputa que terá de ser pautada, necessariamente, pelo debate de ideias e de propostas para governar Portugal, revitalizar a democracia e mudar o sistema partidário. Eis o nosso contributo.*

Junho 2014

1. Os desafios decisivos
2. Deslegitimação do governo PSD/CDS
3. Partido Socialista: a responsabilidade de afirmar uma alternativa
4. Uma Estratégia para governar Portugal
5. Um novo ciclo para o Poder Local
6. Revitalizar a democracia · Reforma do sistema político e partidário
7. Questões contemporâneas decisivas
8. Portugal na Europa e no Mundo

### 1. OS DESAFIOS DECISIVOS

Portugal precisa, urgentemente, de mudar de governo. Esta foi uma das mensagens dos Portugueses nas recentes eleições autárquicas. E a responsabilidade de liderar e afirmar uma alternativa de Governo cabe, por inteiro, ao Partido Socialista. Alternativa política, social, programática e de protagonistas – e não a tradicional alternância – que devolva a esperança e a palavra aos portugueses.

Esta exigência não pode ser adiada por mais tempo, sob pena de o PS se tornar cúmplice da destruição que está a ser feita de Portugal por uma Direita ideologicamente fundamentalista, sem ética nem sentido de Estado, manifestamente incompetente e impreparada para governar o país.

Mas a revitalização da democracia e a governabilidade sustentável de Portugal passam pela regeneração do sistema político-partidário e por profundas mudanças no funcionamento dos partidos e nos comportamentos éticos dos políticos. Essa foi outra das mensagens das últimas eleições autárquicas. Nesta matéria, o PS deve tomar a iniciativa e dar o exemplo. Só assim pode recuperar a confiança dos portugueses.

Estes imperativos obrigam o Partido Socialista a reassumir a sua matriz fundadora: social-democrata, reformista, principal protagonista das mudanças progressistas da sociedade portuguesa.

Requerem ainda ao PS que promova a construção de uma Visão, amplamente partilhada, para o futuro de Portugal. Visão que aposte, decididamente, na nossa vocação universalista, num mundo profundamente globalizado. O nosso posicionamento euro-atlântico, a tradição de «encruzilhada» de rotas, culturas e civilizações, bem como a pertença ao espaço lusófono, constituem não só as condições para darmos novos horizontes a Portugal, como são trunfo valioso para afirmar a nossa presença na construção europeia.

Enfrentamos desafios decisivos:

- A reestruturação da dívida pública
- O reequilíbrio das contas do Estado
- A regeneração dos partidos e a credibilização da Política
- A construção de uma Visão estratégica para o futuro de Portugal
- As reformas estruturais
- O aprofundamento da construção europeia ou a saída do euro.

## 2. DESLEGITIMAÇÃO DO GOVERNO PSD/CDS

Não é surpreendente que o eleitorado tenha infligido, nas recentes eleições autárquicas, uma pesada derrota aos partidos do governo, com a evidente rejeição das suas políticas desastrosas. A representatividade do PSD e do CDS ficou reduzida a mínimos política e socialmente insustentáveis.

Considerando as candidaturas singulares do PSD e do CDS e todas as coligações feitas pelos dois partidos, o número de votos alcançados representa cerca de 18% do eleitorado nacional. Trata-se de eleições autárquicas, mas assim mesmo se demonstra a representação minoritária da coligação no poder e se atesta que o eleitorado já não reconhece legitimidade ao PSD e ao CDS para governarem o país.

Em pouco mais de dois anos, a coligação da direita ultraliberal arrastou o país para uma profunda crise económica, social, de confiança e de governabilidade.

Faltou às promessas eleitorais de 2011. Não logrou alcançar o necessário reequilíbrio estrutural das contas públicas. Destruiu dezenas de milhar de empresas. O desemprego passou de 11% para 16%. A dívida externa subiu de 109% para 128% do PIB. Está a transferir para o sector privado as empresas públicas mais rentáveis (EDP, REN, ANA, CTT). E a limitar a Educação e a Saúde a um negócio lucrativo. Colocou Portugal numa rota de acelerado empobrecimento, de agravamento das desigualdades e de aumento da dependência externa.

Este governo PSD/CDS está a criar «feridas» na sociedade portuguesa que vai ser muito difícil curar. Destroí o consenso sócio-constitucional em que vivemos nas últimas décadas. Esvazia Portugal de recursos humanos qualificados, a par de um grave retrocesso nos sistemas de Educação e Ciência. Mata uma condição vital da vida humana e do progresso social: a esperança no futuro.

Na raiz destas políticas desastrosas está o fundamentalismo ideológico de Passos Coelho, dos seus pares e dos seus mentores. Factor agravado pela manifesta imaturidade – política, cívica e de sentido de Estado – e pela comprovada incapacidade para governarem Portugal.

**Temos de recusar o inaceitável. É urgente mudar de governo. Há que recuperar a governabilidade do país.**

**Construir uma alternativa sólida de governo, devolver a esperança e a palavra aos portugueses é, nas actuais circunstâncias, um imperativo patriótico e uma urgência democrática.**

### **3. PARTIDO SOCIALISTA: A RESPONSABILIDADE DE AFIRMAR UMA ALTERNATIVA DE GOVERNO**

Liderar, dar corpo, expressão e afirmação a uma **alternativa de governo**. Eis a grande responsabilidade do Partido Socialista.

Esta missão **não pode ser adiada**, sob pena de nos tornarmos cúmplices da destruição que está a ser feita no país e das graves consequências que daí advêm para o futuro dos Portugueses, do sistema democrático e do próprio PS.

É importante sublinhar que se trata, em substância, de uma exigência de **alternativa**. Porque nas actuais circunstâncias **o eleitorado rejeita a alternância tradicional**.

Exige-se uma **alternativa consistente de políticas e de protagonistas**. As condições políticas, sociais e económicas não são, no presente, e não voltarão a ser, no futuro, o que costumavam ser. É necessário que os responsáveis políticos e partidários tomem consciência e assumam as consequências desta «verdade inconveniente».

Para vencer a crise profunda que atravessamos, Portugal precisa de **governos estáveis**, na base de **ampla maioria política** e de **consenso social alargado**. O que exige uma alternativa política, social, programática e de protagonistas, sustentável e mobilizadora. A alternativa que o PS deve apresentar aos Portugueses tem quatro pilares estruturantes:

- Em primeiro lugar, o PS deve apresentar a proposta da formação de um **governo patriótico, de ressurgimento nacional**, confrontando os outros partidos e todos os agentes políticos com as suas responsabilidades.
- Em segundo lugar, em diálogo com os parceiros sociais, o PS deve lançar as bases de um **grande acordo de Concertação Social** que impulse novas metas económicas, de coesão social, de produtividade e de rendimentos, e que suporte as reformas estruturais que o país tem de fazer.
- Em terceiro lugar, o PS tem de **assumir-se como Partido Reformista**, contemplando no seu programa de governo, uma Visão clara para o futuro do país, Visão que contemple as mudanças estruturais a promover, designadamente ao nível do sistema político-partidário, do Estado e da Administração Territorial, da Justiça, da Educação e do Modelo de Desenvolvimento.
- Finalmente, na elaboração do Programa de Governo e na acção política, o PS tem de **mobilizar pessoas de reconhecido mérito cívico, técnico, político e profissional**.

#### 4. UMA ESTRATÉGIA PARA GOVERNAR PORTUGAL

A natureza do programa eleitoral e o processo da sua elaboração são fundamentais. O programa tem de ser um **documento de Visão e Estratégia** e não um mero catálogo de medidas.

A sua elaboração tem de ser um **processo aberto, alargado, de participação e concertação de desígnios, prioridades e medidas estruturantes**. Há que construir uma Visão, definir um rumo, eleger e concentrar energias em três ou quatro sectores nos quais Portugal seja internacionalmente competitivo (por exemplo: agro-indústria, floresta, turismo de saúde, moda/calçado, mar/logística, electrónica, indústria automóvel).

## 4.1. Reestruturação da dívida externa

**A recuperação da nossa soberania e o regresso ao desenvolvimento estão dramaticamente condicionados pela dívida externa e pela presença na União Europeia.**

Temos de assumir, de forma taxativa – e com as devidas consequências políticas – que Portugal só pode retomar o crescimento e o emprego com um significativo alívio dos encargos da dívida pública. **Temos de enfrentar, com determinação, a inevitabilidade de negociar a reestruturação da dívida: juros, montantes, maturidades.**

## 4.2. Reformas Estruturais

Portugal vai sair do Programa de Ajustamento tal como entrou: com os pesados arcaísmos do sistema produtivo, do Estado e da Administração Pública, dos sistemas de Educação e da Justiça. Intocados se mantêm os «intocáveis»: os lobbies, as corporações, os grandes grupos financeiros e as PPP que parasitam e inibem a modernização e desenvolvimento do país.

A governabilidade democrática e sustentável de Portugal e o reequilíbrio orçamental exigem a realização das reformas estruturais sistematicamente adiadas, designadamente:

- **Estado**  
Repensar a natureza e funções de um Estado descentralizado, solidário e moderno para o século XXI. Neste quadro, há que decidir em definitivo sobre a Regionalização, que em caso de rejeição terá de ser substituída por outras modalidades de descentralização.
- **Justiça**  
Limitar o poder das corporações. Disponibilizar meios modernos de funcionamento, com gestores profissionais, garantindo o acesso universal à justiça, e promovendo a formação permanente, transversal e prática dos magistrados.
- **Educação**  
Repensar a Escola, a aprendizagem e a formação à luz das exigências determinadas pela mudança profunda das sociedades que vivemos. Para esse desígnio propomos a constituição de uma **Estrutura de Missão**, integrada por individualidades de reconhecida competência (Sampaio da Nóvoa, Adriano Moreira, Marçal Grilo, Roberto Carneiro, Maria de Lurdes Rodrigues, Joaquim Azevedo, entre outros).

- **Novo modelo de desenvolvimento**

Portugal precisa de um modelo de desenvolvimento **inteligente, inclusivo, verde e territorializado**. Com apoio às empresas que produzem bens transaccionáveis e à sua internacionalização. E com prioridade ao emprego. O PS tem de protagonizar políticas e mecanismos que reduzam – progressiva mas sustentadamente – as «rendas de situação» (fundiárias, imobiliárias, financeiras) a favor do sistema produtivo e da distribuição de rendimentos (economia mista, economia social).

### 4.3. Valorizar o Território

Valorizar o território deve ser uma das opções prioritárias da nossa Estratégia para governar Portugal. Passa, concretamente pelos seguintes passos:

- **Territorialização das políticas públicas**

No sentido de potenciarem o máximo de impacte na produção de riqueza, na criação de emprego e na melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas rurais e urbanas. Orientando os investimentos para as especificidades e as procuras locais e regionais, num quadro estratégico definido por parcerias das Comunidades Intermunicipais, das Associações Empresariais e das Organizações de Ensino Superior.

- **Redução dos custos de contexto**

Simplificação e flexibilização do regime e procedimentos de planeamento, gestão e licenciamento territoriais.

- **Cidades**

As cidades são territórios fundamentais para construir um novo ciclo de prosperidade para Portugal, a partir da inovação, da competitividade, da criação de emprego, da coesão social e da sustentabilidade ambiental. Dada a natureza transversal das políticas urbanas, elas podem e devem constituir o foco da necessária racionalização das políticas públicas. Definir uma **Agenda Urbana para Portugal**, alinhada com a **Agenda Urbana Europeia**, mas concebida a partir das necessidades, potencialidades e opções do país, com destaque para a **Regeneração e Reabilitação** urbanas.

- **Afirmar Pólos e Eixos de desenvolvimento no Interior**

Aproveitar os recursos humanos, as excelentes acessibilidades e as condições de qualidade de vida. Transformar a «interioridade» em vantagem competitiva, como autêntica «marca de sucesso».

Esta Visão e as respectivas prioridades estratégicas determinam, necessariamente, a afectação dos **Fundos Estruturais**. É nesse processo de racionalidade que tem de ser organizado e gerido o **Quadro Estratégico Comum 2014/2020**, tema nuclear da elaboração do Programa de Governo para os próximos anos.

## 5. UM NOVO CICLO PARA O PODER LOCAL

**O Poder Local Democrático é uma instância privilegiada para o Partido Socialista afirmar uma nova vocação reformista: romper com o centralismo cultural, político e administrativo que persiste e que sufoca a economia e a sociedade portuguesas.**

Nos últimos 40 anos, o Poder Local – municípios e freguesias – assumiu-se como um dos pilares mais sólidos do nosso regime democrático. Enquanto poder de proximidade, é uma escola de aprendizagem democrática e tem um papel decisivo na infra-estruturação e equipamento do país. É tempo, agora, de abrir um novo ciclo para o Poder Local, com outra Visão, diferentes prioridades e aperfeiçoamentos na governabilidade.

- **Visão**  
Passar da fase de infra-estruturação e equipamento para a fase da qualificação, da eficiência e da gestão.
- **Prioridades**  
Educação. Apoio à envolvente das actividades económicas e à criação de emprego. Funções sociais (saúde, segurança social). Qualificação e coesão territorial. Inovação e desenvolvimento tecnológico.
- **Governabilidade**  
Aperfeiçoamento dos mecanismos de funcionamento dos executivos. Reforço da capacidade política, técnica e logística das Assembleias Municipais, com valorização da sua capacidade de fiscalização política, nomeadamente instituindo a moção de censura ao presidente e aos vereadores (com efeitos práticos de demissão ou perda de mandato) em termos a definir. Capacitação de grupos de cidadãos para apresentarem propostas à Assembleia Municipal com obrigatoriedade da sua votação, em assembleia subsequente, como recomendações ao executivo.
- **Democracia Participativa**  
O aprofundamento da democracia participativa é uma questão contemporânea, decisiva para o aperfeiçoamento da governabilidade e da revitalização do Poder Local. A renovação da democracia tem no Poder local uma instância privilegiada de experimentação dos mecanismos de participação:

referendos locais, orçamento participativo, consultas aos residentes afectados pelos grandes projectos urbanísticos, gestão de espaços públicos, entre outros.

- **Novo mapa autárquico** – fomentar a fusão e/ou associação de municípios e reforçar as Comunidades Intermunicipais. Combater a lógica do minifúndio administrativo, estabelecer competências e atribuições exclusivamente regionais ou intermunicipais, favorecendo a concertação e o desenvolvimento de estratégias territoriais virtuosas.

## 6. REVITALIZAR A DEMOCRACIA: REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E PARTIDÁRIO

*«Nos nossos dias, um dos principais problemas da política – senão o principal – é o facto de os dirigentes partidários e mesmo os governantes, na sua maioria, nunca terem exercido uma profissão fora da política e dela dependerem economicamente para viverem. Não conhecem o país real e a vida real. Assim se constituem as oligarquias aparelhísticas, o cancro do sistema partidário.»*

Moção ao Congresso de Matosinhos

**A construção da alternativa política e governativa do PS tem de contemplar, com medidas eficazes, a reforma do sistema político-partidário, a regeneração ética da vida pública e o combate à corrupção.**

É grave a situação económica, social e financeira do país, para a qual o PS tem de apresentar soluções. Contudo, tanto ou mais grave é a crise da democracia, uma crise de confiança e representatividade, marcada pelo «divórcio» entre os cidadãos e a política.

Nas últimas autárquicas, os partidos do designado «arco da governabilidade» (PS, PSD e CDS) não alcançaram mais de **35%** dos votos expressos pelo eleitorado. Na origem deste resultado estão:

- A abstenção em alta: 41% para **47,4%**.
- Os votos brancos e nulos em alta: 2,97% para **6,82%**.
- A transferência de votos para as candidaturas independentes, que se multiplicaram, venceram em 11 municípios e obtiveram 344 mil votos (**6,9%**).

**Que mais é necessário acontecer para que os responsáveis políticos reconheçam o «colossal» défice de credibilidade e de representatividade do regime democrático?**



## 6.1. Partido Socialista: Mudar para merecer a confiança dos Portugueses

Retomamos aqui algumas das propostas que a COES vem defendendo desde o Congresso de Espinho, em 2009, para mudar a natureza aparelhística, carreirista e clientelar do Partido Socialista, a sua indefinição ideológica e o esvaziamento militante.

O PS não deve nunca ser notícia pelas piores razões e há problemas graves de transparência que têm de ser urgentemente resolvidos: fichas falsas de militantes fantasma; investigações policiais; processos eleitorais internos de duvidosa democraticidade e legalidade; sistema jurisdicional que entrava o processamento dos recursos.

É necessário reestabelecer e revitalizar a democracia interna, abrir o partido e atrair jovens militantes das novas causas sociais, culturais e ambientais, bem como profissionais qualificados.

### ▪ **Eleições Primárias**

Adoptar as eleições primárias, abertas, em todas as designações de candidatos ao desempenho de cargos de representação externa, com destaque, em 2015, para a escolha do candidato à Presidência da República.

As designadas «directas» (adoptadas pelo PS para a escolha dos candidatos nas últimas eleições autárquicas) revelaram-se um desastre: só foram realizadas em 6% dos concelhos e, na maioria dos casos, só serviram para reforçar os sindicatos de voto internos. Note-se que as Primárias já foram adoptadas por todos os partidos socialistas e social-democratas do sul da Europa. De que estamos nós à espera?

### ▪ **Simpatizantes**

Activar o recenseamento dos simpatizantes e a sua participação na vida do Partido, tal como se prevê nos estatutos.

### ▪ **Transparência nas eleições internas**

Instituição de regras e meios que assegurem condições de efectiva democraticidade, com igualdade para todos os candidatos e sanções disciplinares pesadas para as irregularidades processuais, as pressões e os expedientes ilegítimos.

### ▪ **Código de Ética**

Adoptar um Código de Ética para os militantes socialistas no exercício de cargos públicos e partidários.

- **Novas tecnologias**

Recurso intensivo às novas tecnologias para afirmação do PS no ciberespaço e na blogosfera, propiciando a participação dos militantes e apoiantes através das redes sociais e a comunicação entre eles através da disponibilização dos endereços electrónicos.

## 6.2. Valorizar a Assembleia da República

Valorizar a Assembleia da República é uma das tarefas incontornáveis para a revitalizar a democracia e deve ser uma questão central da reforma do sistema político-partidário.

- **Número de deputados**

Reduzir o número de deputados, assegurando a proporcionalidade.

- **Círculo nacional e círculos uninominais**

Criar um círculo nacional que assegure a representação proporcional e a participação no Parlamento das correntes minoritárias, conjugado com círculos uninominais.

- **Duplo voto**

Introduzir, nos processos eleitorais por lista, o princípio do duplo voto: o eleitor poderá escolher o partido mas também o candidato da sua preferência.

- **Dedicação exclusiva dos deputados**

O exercício das funções de deputado deve passar a um regime de dedicação exclusiva, não sendo permitidas acumulações com outras funções, públicas ou privadas, excepto ensino e edição.

- **Democracia participativa**

Introduzir procedimentos que valorizem a representação democrática e reforcem as modalidades da democracia participativa.

- **Referendos**

Simplificar as leis dos referendos nacional e local, e fomentar a sua utilização.

## 6.3. Ética e Transparência na vida pública

É imperioso um sobressalto ético e cívico e o combate à corrupção, com afectação de meios à justiça para um funcionamento eficaz e sancionamentos éticos e penais exemplares.

- **Criminalização do enriquecimento sem causa justa (ilícito)**

Estabelecer a obrigação de demonstrar, perante a justiça, a origem da riqueza.

- **Evitar a promiscuidade público-privado**  
Medidas concretas para evitar situações de promiscuidade, designadamente as condições de trabalho para o Estado dos grandes escritórios de advogados e consultores financeiros, económicos, entre outros.
- **CRESAP** (Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública)  
Reforçar as condições de eficácia da CRESAP para assegurar competência e mérito dos gestores públicos. É imperioso que os dirigentes da SS, IAFP, ARS, entre outras, sejam providos por mérito, deixando de ser reserva de emprego para os dirigentes das estruturas regionais e locais dos partidos.
- **Código de Conduta e Transparência**  
Promover a aprovação, pela Assembleia da República, de um Código de Conduta e Transparência para o exercício dos cargos públicos.

## 7. QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Para além da defesa e aprofundamento dos direitos e liberdades individuais e das minorias, o Partido Socialista dará especial atenção e relevo às seguintes questões:

- **Emprego**  
O desemprego é a questão mais dramática das sociedades contemporâneas. Os elevados níveis de desemprego, o desemprego de longa duração e o desemprego jovem marginalizam milhões de indivíduos, impedindo-os de terem acesso a uma vida digna. A criação de novos empregos é uma questão política e social prioritária e não basta lutar pelo crescimento económico – obviamente necessário – para atenuar o desemprego. O desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade reduzem a criação clássica de emprego. **Torna-se necessário desenvolver novas áreas de criação de emprego** (no domínio dos apoios sociais e ambiente, entre outros).
- **Demografia**  
O envelhecimento da sociedade portuguesa, a drástica redução da natalidade e a nova vaga de emigração jovem colocam gravíssimos problemas ao futuro próximo de Portugal. Esta é uma questão para a qual parece não haver a necessária sensibilidade e que não está a ser equacionada e resolvida com as políticas adequadas.
- **Ecologia e Ambiente**  
Existe uma razoável «consciência ambiental» na sociedade portuguesa, em particular nas camadas mais jovens, mas ela não se traduz, com a necessária dimensão e eficácia, nos programas partidários e nas políticas públicas.

A sustentabilidade ambiental tem de ser uma orientação transversal do programa de governo.

- **Nova ordem mundial**

As forças de Esquerda têm de unir esforços (designadamente no seio da Internacional Socialista) para criarem uma alternativa progressista ao neoliberalismo, à ditadura dos mercados e ao monetarismo dominantes nas últimas três décadas. É preciso reforçar e democratizar a ONU e dinamizar o Conselho Económico e Social para regular a economia e as finanças mundiais. Rever os acordos de comércio bilateral celebrados no âmbito da OIC para defesa intransigente das conquistas civilizacionais no que respeita aos direitos laborais, à responsabilidade social das empresas e aos valores ambientais.

## 8. PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

O lugar de Portugal é, sem dúvida, na Europa. Mas a experiência já demonstrou que o euro e a União Monetária não são sustentáveis sem o aprofundamento da União Económica (convergência de políticas económicas, sociais e fiscais) e da União Política (avanço do federalismo). Por outro lado, se o nosso lugar é na Europa não nos devemos «entregar à Europa», como temos feito. Temos de valorizar a nossa posição na globalização:

- **Comunidade Lusófona**

Reforço político, económico, cultural e institucional: acordos bilaterais no âmbito empresarial (PME); trocas comerciais e acordos aduaneiros; formação profissional e administração autárquica; políticas de emprego (licenciados e quadros qualificados); criação de empresas mistas (por exemplo transformar a TAP na TAL – Transportes Aéreos Lusófonos).

- **Centralidade euro-atlântica**

Afirmar a nossa centralidade euro-atlântica, a tradição e vocação para sermos encruzilhada de culturas, ideias e civilizações, e fazer de Portugal um *hub* global.

- **BRIC e Mundo Árabe**

Reforço das relações com as economias emergentes e os regimes resultantes das Primaveras Árabes.

- **Diáspora**

Valorizar o papel cultural, diplomático, político e económico da diáspora.

